JT
28/8/95
416

TERRAS INDÍGENAS
DEMARCAÇÕES
PODERÃO SER
CONTESTADAS
Projeto de Jobim

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, anunciou ontem que o governo vai editar uma Medida Provisória instituindo o princípio do contraditório na lei de demarcação das terras indígenas. "Não há na introdução do contraditório qualquer idéia de redução de áreas ou de imobilização de atos", disse ontem, ao participar da festa do Kuarup na aldeia Ipavu, dos índios camaiurá. "Pelo contrário, precisamos demarcar cerca de 40 milhões de hectares e constituiremos um processo sem vícios de natureza judicial ou jurídica para isso", afirmou.

A partir da edição da Medida Provisória, quem se sentir prejudicado pela demarcação vai poder contestar diretamente à Funai. Haverá um prazo de 90 dias para que a contestação seja apresentada. O ministro também garantiu que os 20 processos de demarcação de terras indígenas já concluídos, à espera apenas da assinatura do presidente Fernando Henrique Cardoso, serão concluídos antes da entrada em vigor do princípio do contraditório.

De acordo com Jobim, a edição da Medida Provisória deverá anteceder ao julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido de inconstitucionalidade do decreto 22/91. Publicado pelo ex-presidente Fernando Collor, esse decreto não abria a possibilidade de que as pessoas que se sentissem prejudicadas por uma demarcação questionassem a decisão da Funai.